

Jornal Psicologia em Foco[®]



O silêncio como produto e produtor de apagamentos: o que a psicologia tem a ver com isto?

10 e 11 "sessão" especial

JPF fala com o psicanalista e professor Christian Dunker

4 e 5 jpf entrevista

A dor de não ter sua dor reconhecida

16 crp responde

A literatura negra como espaço de resistência

18 literatura



Edição Nº 35
Julho, Agosto
e Setembro
de 2017

COORDENAÇÃO

Vinícius Romagnolli R.
Gomes (CRP 08/16521)

EDIÇÃO

Ieda Marinho (CRP 08/23988)

REDAÇÃO

Ana Gabriela Monteschio,
Eduardo Chierrito
(CRP 08/22624), Emily
Albuquerque (CRP 08/24208),
Laura Christofolletti,
Gabriela Romagnolli,
Marcos Paulo Shiozaki
(CRP 08/23463), Toni
Trentinalha, Thais Koga

REVISÃO

Eduardo Chierrito (CRP
08/22624), Ieda Marinho
(CRP 08/23988), Thais Koga

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Vermelho Panda Design

DIVULGAÇÃO

Amanda Franco, Cayla
Aparecida de Sousa (CRP
08/23934), Eduardo Chierrito
(CRP 08/22624), Fernanda
Maysa Borniotto, Lauren
Stephani, Thaynara Felipe
(CRP 08/23925)

IMPRESSÃO

Gráfica O Diário

TIRAGEM

2000 exemplares

ENTRE EM NOSSO FACEBOOK PARA ACESSAR CONTEÚDOS EXCLUSIVOS

[facebook.com/
psicologiaemfocoinstituato](https://facebook.com/psicologiaemfocoinstituato)

PUBLIQUE SEU ARTIGO

enviando um e-mail para
redacaojpf@gmail.com

ou entre em nosso site
para maiores informações
institutopsicologiaemfoco.com.br

CARTA AO LEITOR



Lauren Stephani Carvalho

Acadêmica do segundo ano de Psicologia (UniCesumar) e
membro do Instituto Psicologia em Foco.

Caro leitor(a),

Gostaria de iniciar esse editorial me apresentando: o meu nome é Lauren, sou estudante de Psicologia, membro do Instituto Psicologia em Foco e mulher negra.

Apresentar-me como mulher negra representa para mim demonstrar a minha essência e a minha raiz. Pois ser negra hoje ainda é um ato de resistência e, se impor numa sociedade construída historicamente em cima da discriminação e negligência do indivíduo negro, é uma questão que gera muito sofrimento para nós.

Atualmente, temas como racismo e desigualdade racial estão sendo mais abordados em artigos, revistas e congressos, entretanto, ainda há muito o que ser feito para modificar esta realidade. Com o intuito de trazer em pauta estes assuntos, abordaremos ao longo dessa edição temas voltados à discussão acerca do sofrimento do indivíduo negro.

Em uma de suas falas, a filósofa Djamilia Ribeiro nos remete sobre a importância de abordar temas como este ao dizer que “falar de questões

que foram historicamente tidas como inferiores, falar de mulher, população negra, LGBTQTT é romper com a ilusão de universalidade que exclui”, e a nossa proposta é essa, trazer para todos em nosso conteúdo a visibilidade de assuntos como este, que são comumente esquecidos.

Sabemos que isto (infelizmente) não ameniza ou modifica o cenário atual, mas que lhe sirva de reflexão e que, posteriormente, possa se tornar uma ação positiva. E para você que, assim como eu, é negra(o), que esta discussão lhe traga representatividade, que você se veja como indivíduo negro pertencente a sociedade e que seu sofrimento não seja negligenciado.

Por fim, deixo um trecho do poema “Gritaram me negra” da peruana Victoria Santa Cruz, que reflete a descoberta da identidade racial negra: “E bendigo aos céus porque quis Deus, que negro azeviche fosse minha cor, e já compreendi, afinal já tenho a chave! (...) Negra soul!”. Esta edição me pertence, mas gostaria que lhes pertencesse também, que se vejam e se sintam empoderados, assim como estou me sentindo ao escrever a vocês.

A todos o meu muito obrigada, boa leitura! ■

Conheça a equipe do JPF!



Promovemos experiências transformadoras para que a comunidade (acadêmica e leiga) possa ter acesso à psicologia de uma maneira inovadora.

Leia as edições de nosso jornal também online:

institutopsicologiaemfoco.com.br

Aproveite e assine o JPF e receba as quatro edições anuais na comodidade de sua casa!

Entre em contato com ipfoficinadosaber@gmail.com

ACONTECEU

Sofrimento em diferentes perspectivas

Nos dias 23 e 24 de junho foi realizada a Oficina do Saber que abordou o "Sofrimento em diferentes perspectivas". Na sexta-feira (23), os aspectos do sofrimento e suas conexões na vida em sociedade foram dialogados a partir das abordagens comportamental, psicanalítica, fenomenológica e analítica. Participaram da discussão os psicólogos Lígia Fernandes, Carina Ceron Benettão Ceribelli, Luiz Fernando Corazza e Lúcia Cecília da Silva.

No sábado de manhã (24), Fernando Zannetti, da Unesp de Assis (SP), discorreu acerca do sofrimento para a fenomenologia existencialista. No período da tarde, o psicólogo da Fundação Getúlio Vargas, Tiago Corbisier, abordou sobre as temáticas vertigens desiguais entre jovens frente ao ideal de inserção social, no qual pôde compartilhar suas experiências e estudos em relação ao trabalho realizado com os adolescentes da periferia de M'Boi Mirim - São Paulo. ■



CHARGE



ALAN BARIANI

ASSINATURA

JPF em formato de assinatura

O Instituto Psicologia em Foco foi fundado em 2010 e vem trabalhando com a missão de aproximar a Psicologia da comunidade a partir de seus projetos: o Jornal Psicologia em Foco e a Oficina do saber. O Instituto não tem fins lucrativos e se mantém há 7 anos graças ao apoio de parceiros e voluntários.

Em 2017 iniciamos a assinatura do

Jornal Psicologia em Foco no valor de R\$ 100,00 anuais e entregamos as 4 edições trimestrais em sua casa, clínica ou onde desejar. Dessa forma, os assinantes têm descontos nas palestras e oficinas e um passaporte para os nossos eventos.

Além disso, a partir desta edição, de número 35, o JPF passará a ser comercializado pelo valor simbólico de R\$ 2,00 por

jornal. Fique atento aos pontos de venda divulgados pela nossa equipe nas redes sociais e no site do IPF.

A assinatura anual e a compra do JPF contribuirão com a continuidade deste projeto que viabiliza um espaço de troca de saberes e leva conteúdos da Psicologia à estudantes, profissionais e pessoas de outras áreas. ■

ASSINE NOSSO JORNAL

Receba cada edição na comodidade de sua casa e fique sempre por dentro!

ipfoficinadosaber@gmail.com

Christian Dunker

Psicanalista, Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP (2014) junto ao Departamento de Psicologia Clínica. Obteve o título de Livre Docente em Psicologia Clínica (2006) após realizar seu Pós-Doutorado na Manchester Metropolitan University (2003). Possui graduação em Psicologia (1989), mestrado em Psicologia Experimental (1991) e doutorado em Psicologia Experimental (1996) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Analista Membro de Escola (A.M.E.) do Fórum do Campo Lacaniano. Tem experiência na área clínica com ênfase em Psicanálise (Freud e Lacan), atuando principalmente nos seguintes temas: estrutura e epistemologia da prática clínica, teoria da constituição do sujeito, metapsicologia, filosofia da psicanálise e ciências da linguagem. Coordena, ao lado de Vladimir Safatle e Nelson da Silva Jr., o Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP. Em 2012 ganhou o prêmio Jabuti de melhor livro em Psicologia e Psicanálise com a obra "Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica" (Annablume, 2011). Em 2016 ganhou o segundo lugar no Prêmio Jabuti em Psicologia, Psicanálise e Comportamento com o livro "Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma" (Boitempo, 2015). Publicou ainda "Por quê Lacan?" (Zagodoni, 2016), "A Psicose na Criança" (Zagodoni, 2014) e "O Cálculo Neurótico do Gozo" (Escuta, 2002).



JPF — O senhor considera o sofrimento uma narrativa transativista que depende do reconhecimento; poderia nos explicar melhor tal assertiva?

CHRISTIAN — O transativismo é um fenômeno caracterizado pela inversão entre o agente e o paciente de uma ação. Ele foi descrito no final do século XIX, por Karl Wernicke (1848-1905), um psiquiatra e estudioso da linguagem, que observou que alguns de seus pacientes vinham acompanhados de seus familiares para a consulta, mas lá chegando declaravam que eram eles que estavam acompanhando o familiar e não o contrário. Um caso mais chocante dá-se, por exemplo, quando o paciente bate a mão na parede e em seguida acaricia a parede, como se fosse ela a sentir o impacto e não seu próprio corpo. Esta inversão entre agente e paciente da ação é esperada e frequente em um dado momento da infância. O médico e psicólogo Henri Wallon (1879 – 1962) transpôs este achado para o campo da psicologia do desenvolvimento, como uma experiência universal, definida pelo instante em que “a criança distribui, sem erro, entre ela e o outro, os estados ou atos percebidos”. Esta distribuição sem erro significa que há uma verdadeira indeterminação e não apenas um equívoco cognitivo. O termo aparece em Lacan para caracterizar o segundo momento da relação do eu com a imagem, momento no qual há uma espécie de confusão reversível sobre a localização do eu, quer na imagem de si, quer na apropriação da imagem de si como um símbolo do sujeito. Em meu livro desenvolvi esta noção de modo a aplicá-la a um correlato em estrutura de linguagem, que seria a narrativa, atribuindo a ela a estrutura elementar de nossa experiência de sofrimento. Basta perceber que os exemplos históricos envolvem sempre situações em torno da determinação de quem é o agente causal do sofrimento: bater a mão na parede, levar um familiar ao médico ou então, na situação lúdica infantil, a criança que bate no companheiro e depois procura sua mãe, chorando e dizendo que foi o amigo que bateu nela. Em meu trabalho sobre a Psicose na Criança (Editora Zagodoni), tentei mostrar como esta ambiguidade está ligada ao momento em que a criança consegue entender a diferença entre brigar e brincar de brigar, ou seja, o que a etologia chama de brincadeira turbulenta. Propus que isso poderia ser uma metáfora conexa ao que Lacan chamou de metáfora paterna. Neste trabalho mais recente sobre O Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma (Editora

Boitempo), esta metáfora foi pensada como uma espécie de “causalidade narrativa”, ou seja, as diferentes maneiras pelas quais determinamos as instâncias responsáveis pelo nosso sofrimento e que possuem um papel decisivo não só na fixação de sua significação, mas também na experiência real do sofrimento que se está a viver. É por isso que somos tão fascinados, diante dos infortúnios que a vida nos coloca, em procurar culpados, julgar os agentes responsáveis, ou mais raramente implicarmos-nos nas circunstâncias produtoras do mal-estar. O sofrimento é indissociável da história que contamos sobre ele. É por isso também que os clínicos clássicos observaram que a história da doença se confunde com a história do doente. Assim como o sintoma tem estrutura de metáfora e está ligado ao sistema simbólico de filiação e aliança, o mal-estar tem estrutura de nomeação deduzida da do real da repetição. O sofrimento tem estrutura de narrativa e está ligado à unidade imaginária entre demanda, identificação e transferência. Por isso ele se transforma quando se partilha, se altera quando se coletiviza ou se individualiza, melhora ou piora quanto se torna visível e falante ou invisível e mudo.

JPF — Como a psicanálise nos ajuda a pensar a questão do sofrimento no contexto atual brasileiro marcado por grave crise política e ética?

CHRISTIAN — Em muitos sentidos a crise pode ser compreendida como uma mutação de nossas narrativas de sofrimento, decorrentes do esgotamento de um projeto político do lulo-petismo, mas já anunciado desde a Constituição de 1988. Sofremos quando nossas teorias sobre a transformação, que articulam nosso desejo a uma história de desejos desejados, mostram-se inefetivas. Tentei ler uma parte deste processo, muito mais extenso, com a ideia de que nossa cultura de muros e condomínios está sendo questionada, e com ela nossa confiança em um certo pacto social. Reformular um pacto decorre da interpretação de que ele é injusto, malfeito ou traído. Mas a narrativa do pacto em crise faz com que outras sejam convocadas, e com ela tivemos a emergência da cultura do ódio, profundamente associado com a narrativa que interpreta que a causa de meu sofrimento é um objeto intrusivo, seja ele um tipo de pessoa, como um “coxinha” ou um “petralha”, seja como um tipo de coisa, como o “crack” ou o “álcool” ou ainda um tipo de experiência

como a que se representam na estrangeiridade de gêneros. A nossa recusa, lentamente cultivada, a produzir espaços políticos baseados em diferenças produtivas, cobrou sua parte agora. Se o sofrimento depende de atos de reconhecimento, ele será sempre uma espécie de ponto de convergência e de disputa política, que torno dos discursos que dele querem se apropriar. E de fato nossa tensão entre a hipótese da corrupção generalizada ou da violência generalizada aponta para esta dimensão de concorrência discursiva. A psicanálise, por ajudar a ler a crise como uma espécie de análise de discurso, nisso ela participa de um conjunto de dispositivos e discursos que tem na crítica o seu ponto comum. Assim como precisamos inventar novas perspectivas de sofrimento, é necessário propor um novo modelo crítico para nosso laço social.

JPF — *O senhor postula a “lógica do condomínio” em sua obra “Mal-estar, sofrimento e sintoma”, como ela se articula com o sofrimento do brasileiro?*

CHRISTIAN — Entender como a psicanálise tornou-se possível em um país como o Brasil, como ela se disseminou em vários momentos, desde o modernismo, passando pelo desenvolvimento e chegando ao momento da retomada democrática, é uma tarefa que não é só crítica e política, mas clínica e diagnóstica. Entender porque nossa forma específica de sofrer, fazer a arqueologia de nossas narrativas de sofrimento, de seus compromissos com outras racionalidades diagnósticas, nos permite pensar a psicanálise e sua eficácia, dando voz aos nossos pacientes. A matriz do conceito de condomínio, para além de um local de moradia, são as associações psicanalíticas com seus sistemas de importação de ideias, de legitimação de autoridades e de diálogo ou captura de outros discursos. Por isso é, antes de tudo, uma autocrítica da experiência psicanalítica no Brasil. Mas em vez de, como tão frequentemente se vê, redundar em um juízo de exclusão ou em associações mais ou menos preconceituosas baseadas no fato de ser uma prática de elites para elites, de participar de uma determinada ideologia de classe, gênero ou raça, tentei incorporar as críticas à psicanálise como força propulsora para sua transformação e renovação. Por isso as mudanças que estamos acompanhando em termos da reorganização entre psicanalistas, da presença da psicanálise no mundo digital, no reposicionamento de sua representação social são consoantes com as mudanças que enfrentamos no cenário cultural e social brasileiro, bem como nas soluções e pseudo-soluções que emergem neste contexto.

JPF — *O sofrimento vem sendo reduzido ao sintoma na atualidade?*

CHRISTIAN — Sim, este é um dos aspectos da ideologia e das políticas de sofrimento em tempos de pós-verdade e de neoliberalismo generalizado. Todo mal-estar é reduzido ao sofrimento e todo sofrimento reduzido a uma coleção de sintomas. Este processo tem algumas peculiaridades e efeitos. Por exemplo, todo sofrimento deve ser tendencialmente individualizado: se perdeu emprego foi sua culpa, logo a depressão que vem depois disso também é. Se não consegue manter-se no nível de desempenho escolar esperado, que tal usar metilfenidato para compensar seu atraso? Se você quer ser incluído na escola, obtenha primeiro um passaporte chamado diagnóstico. O que vemos com isso é uma psicopatologização das diferenças, e um uso da diversidade como motor de hiper-individualização. O sintoma, mas lido desta maneira, funciona como uma espécie de demissão subjetiva. O que ele requer é que um especialista seja convocado para administrá-lo, seja ele médico, padre, doutor ou psicanalista. É assim que o sofrimento deixou de ser um obstáculo à saúde do trabalhador, como era no espaço liberal e passou a ser parte do capital humano, um segmento da nova indústria que cria formas de sofrimento como um novo segmento de negócios. E não é só a psiquiatria que faz isso. Isso se ajusta à expansão inusitada de novos transtornos psiquiátricos se comparamos o DSM II, editado em 1968, tinha 182 transtornos, o DSM II, de 1974 evoluiu em 1980, com o DSM III para 265 categorias diagnósticas. Em 1994 já eram

297, chegando finalmente em 2013, na última versão do referido manual de diagnóstico estatístico de transtornos mentais passamos de 300 quadros. Ou seja, em 45 anos 218 novas “doenças” foram descobertas. Esse é um aumento sem paralelo na história da medicina. O mais incrível é que isso tenha acontecido sem que nenhum novo método diagnóstico, capaz de oferecer um único marcador biológico tenha sido descoberto. Um verdadeiro milagre da multiplicação das espécies, que tem sido criticado por psiquiatras por todo o mundo, particularmente quando se observa que 68% dos psiquiatras que compuseram a força tarefa que redigiu o DSM-V tinham vínculos pecuniários com a indústria farmacêutica. O que se perde com a redução do sofrimento ao sintoma é também o próprio conceito de sintoma, como necessariamente referido a uma regra de formação, ou seja, a conexidade lógica e clínica entre os diferentes sintomas e suas modalidades como inibições ou angústias, fica descaracterizada. Ora, esta desconexão, era o que noções como neurose, histeria ou paranoia pretendiam resolver. Os sintomas apresentam-se ao sujeito na sua própria experiência de sofrimento desligados, como se a insônia não tivesse nenhuma relação com as dores nas costas do depressivo, ou como se a mania de limpeza não tivesse nenhuma relação com ideias obsessivas, na neurose obsessiva. Ora este desligamento, que tecnicamente corresponde aos diferentes tipos de alienação: reificante, fragmentadora, despersonalizadora, etc., são simplesmente confirmados por uma teoria da doença que diz que eles não têm nenhuma relação significativa entre si, pois têm apenas uma vaga convergência cerebral ou genética.

JPF — *Psicanalistas como Elizabeth Roudinesco e sociólogos como Alain Ehrenberg chegam a apontar para uma sociedade depressiva, ou seja, uma sociedade que tem na depressão sua forma privilegiada de sofrer, o senhor concorda com essa leitura? Há uma prevalência de determinados sintomas na atualidade?*

CHRISTIAN — É interessante como a pesquisa sobre as patologias do social nos apresentam um quadro de concorrência entre diferentes paradigmas de sofrimento: cultura do narcisismo, para Lasch, do espetáculo para Debord, da ambivalência líquida, para Bauman, da perversão ordinária para Lebrun, da psicose ordinária para Miller, da efemeridade e do vazio para Lipovetski, do risco para Beck, do cansaço de si para Breton e Byung-Chul Han, depressiva para Ehrenberg e Roudinesco. Ou seja, como dizia Lacan, as formas de sofrimento se equivalem, elas são todas comensuráveis entre si, partindo-se de uma chega-se sempre ao conjunto, como um sistema de mitos contemporâneos. Para entendermos este conjunto é preciso combinar duas abordagens, a primeira deve apreender paradigmas de sofrimento em sua historicidade, tentar datar e fazer arqueologia da emergência de novas modalidades de sofrimento, eventualmente em correlações com transformações em nossas formas de vida, notadamente linguagem, trabalho e desejo. A segunda abordagem envolve a antropologia das trocas narrativas, a lógica das alterações entre modos de vida normalopáticos e alternativos. Por exemplo, saber-se que a cada 50 anos há uma espécie de epidemia de anorexia nervosa, que depois diminui. Pode ser uma coincidência, mas pode ser também uma espécie de efeito regulador entre a diversidade e a normalização das formas de sofrimento. Ora a filosofia da história e antropologia, sempre estiveram na raiz da maneira como a psicanálise pensou sua psicopatologia como supressão de modos expressivos e intensivos da relação entre desejo, gozo e angústia. Seria preciso, portanto, pensar as formas de sofrimento não apenas como uma epidemia médica, cujo agente infeccioso se dissemina ou se extingue, mas no quadro de uma espécie de política, por meio da qual certa modalidade de sofrer são reconhecidas por diferentes discursos, jurídicos, estéticos, clínicos ou morais, para depois serem reconfiguradas. ■

Luara Vieira



Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UEM). Membro do Coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEIAB/UEM). Professora de Sociologia pelo Estado do Paraná. Realiza pesquisas nas áreas de gênero e questões raciais.

JPF — *Como você vê hoje o espaço que a mulher negra ocupa na sociedade?*

LUARA — Vejo o espaço que a mulher negra ocupa socialmente como um espaço de resistência em todos os espaços e aspectos, visto que essas mulheres estão na base da pirâmide social, ocupando os espaços mais subalternos, menos remunerados. Então, quando estamos em lugares socialmente bem quistos, estamos resistindo à violência racista que nos direciona aos lugares subalternos. Quando estamos nos lugares subalternos, estamos sobrevivendo à violência racista que nos mantém ali. Estamos sempre resistindo.

JPF — *Como foi o processo de descoberta da sua negritude?*

LUARA — Foi um processo bem tardio, mas bastante “tranquilo”. Sempre me vi negra, sempre soube que era negra, mas nunca quis me aprofundar a essas questões, justamente por consequência do contexto racista. Meu processo de descobrimento da negritude se deu na universidade, o contato com leituras sobre as questões raciais, o contato mais próximo com pessoas negras, uma professora universitária negra, o NEIAB/UEM. Sempre fui negra, mas me descobri negra aos 18 anos, compreendendo então os processos históricos do meu povo, religiosidade, cultura, aspectos estéticos. Descobri que era possível reverter anos e anos de auto ódio e transformar em autocuidado muito tarde, mas de uma maneira muito acolhedora, dolorida às vezes, mas muito muito significativa.

JPF — *Teve algum momento em sua vida que te fez pensar sobre sua identidade negra?*

LUARA — Todos os momentos da minha vida, mesmo no período em que eu não tinha tanta consciência racial, visto que para pessoas negras, pensar sobre raça é sempre pré-requisito. Desde sempre somos pensados na perspectiva racial, quando somos alvos de comentários racistas, quando somos excluídos dos espaços, quando nossa religiosidade é atacada. Em todos os momentos estamos pensando nossa negritude, ora com mais consciência, ora com menos.

JPF — *Hoje em dia, o feminismo traz como pauta o sofrimento da mulher negra. Enquanto socióloga e militante, você poderia falar um pouco da importância desse tema?*

LUARA — As mulheres negras enfrentam duas opressões estruturais e que marcam fortemente suas trajetórias sociais, desse modo compreender o sofrimento social/psíquico que está sobre as mulheres negras é essencial na luta antirracista, visto que a fusão de racismo e machismo traz consequências devastadoras a essa categoria racial. O feminismo, como um movimento político, tem como dever pensar as questões que atingem TODAS as mulheres, sendo assim, pensar as relações entre raça, classe, regionalidade, sexualidade etc. É fundamental na construção de uma sociedade que se rompa com os estereótipos que envolvem todas as mulheres. Trazer como pauta o sofrimento da mulher negra em uma sociedade racista e machista é essencial na desconstrução da visão estereotipada que socialmente construíram para as mulheres negras.

“ Trazer como pauta o sofrimento da mulher negra em uma sociedade racista e machista é essencial na desconstrução da visão estereotipada que socialmente construíram para as mulheres negras. ”





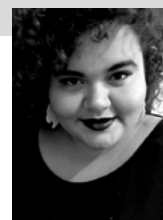
Stocksy

JPF — Sabemos que há uma forte imposição por parte da mídia e da sociedade de que a mulher negra atenda ao padrão “globeleza”, tendo o seu corpo hipersexualizado, você poderia falar um pouco sobre esse tema?

LUARA — A mídia, assim como os demais espaços sociais, reproduz e assegura a manutenção de estruturas de opressão na sociedade. Desse modo, quando pensamos a nossa mídia (brasileira), vamos facilmente perceber que ela trabalha em uma perspectiva racista em suas produções, sejam televisivas, textuais ou visuais. Não é difícil percebermos como os estereótipos relacionados a sexualidade da mulher negra são propagados cotidianamente em propagandas de TV, revistas etc. Essa mulher é sempre retratada como hipersexual, “quente”, que tem determinado tipo de corpo, tudo isso em uma visão extremamente estereotipada, resultado de um processo racista que nega a essas mulheres a humanidade, reduzindo-as a meros objetos sexuais, o que atinge todas as mulheres. Mas, quando fazemos o recorte de raça, perceberemos que para as mulheres negras os contextos são mais violentos, mais esvaziados de possibilidades, mais expositores, e isso se deve a um ideário formatado a partir da lógica de que mulheres negras seriam meramente sexuais, sendo negado a elas desde sempre respeito, cuidado, amor e desejo, sem que ele seja mergulhado em estereótipos. O racismo é uma negação de humanidade e, somado ao machismo, faz com que a visão das mulheres negras seja extremamente deturpada. ■

“Para as mulheres negras os contextos são mais violentos, mais esvaziados de possibilidades, e isso se deve a um ideário formatado a partir da lógica de que mulheres negras seriam meramente sexuais.”

O racismo, a escola e o psicólogo



Mirian Noemí Machado de Souza
Psicóloga de Orientação Psicanalítica (CRP 08/23267).

Falar sobre racismo não é tarefa fácil, principalmente por não ser possível isolar suas manifestações atuais de uma história pregressa e um contexto social, cultural e político que contribui para sua manutenção. O racismo é fruto de vários pré-conceitos baseados em estereótipos de raça, apoiados pela crença equivocada de superioridade racial calcificada no pensamento popular ao longo dos tempos. Por nascer e se desenvolver em um campo ideológico, alimenta-se através da manutenção do pensamento de superioridade racial e se manifesta de maneiras diferentes, seja de forma sutil ou escancarada, nas relações humanas.

Por ser um país de grande diversidade racial e cultural, vende-se uma ideia equivocada que o Brasil é uma zona segura, livre de discriminação e preconceitos raciais. Essa harmonização das relações entre raças, entretanto, não condiz com a realidade de opressão cotidiana à população negra. Apesar do triste histórico de racismo vivenciado em território nacional e suas consequências vistas até os dias atuais e da crescente discriminação da população negra, o preconceito ainda é propositalmente escondido e silenciado.

Sendo a escola um dos primeiros grupos sociais na qual o indivíduo se insere e onde passa grande parte de seu tempo até atingir a vida adulta, a escola se configura como um ambiente de potencial transformador e formador social e político. Além disso, no ambiente escolar, onde as crianças convivem de maneira mais próxima e direta, as ações racistas acontecem com maior intensidade, assumindo proporções desastrosas e nocivas para os membros da comunidade escolar.

O ambiente escolar tem se demonstrado despreparado para receber a diversidade racial e, principalmente, agir para minimizar um contexto social discriminatório e opressor. Dentro das escolas não é incomum presenciar algum ato de discriminação racial, seja da parte dos alunos ou dos profissionais que fazem parte da escola, que fazem com que a raça branca (e por consequência as pessoas pertencentes a essa raça) seja tida como superior às outras raças, gerando um etnocentrismo nítido que invisibiliza qualquer pessoa que fuja do padrão estabelecido.

Surge, portanto, uma grande dificuldade ao se falar em racismo ou preconceito racial. Percebe-se que mesmo sendo algo tão presente no cotidiano escolar, falar sobre o racismo é um tabu, gerando desconforto aos envolvidos no ambiente escolar ao lidar com tais assuntos. O afastamento do assunto assume um caráter fóbico, fazendo da omissão um triste retrato da forma como o racismo

tem sido encarado nas escolas Brasil afora, gerando alunos desmotivados e a manutenção de um pensamento desigual que oprime um grupo de alunos por conta de características físicas e/ou culturais. A manutenção de uma situação de desigualdade tem, muitas vezes, sido resultado de uma postura negligente assumida por profissionais inseridos na comunidade escolar na intenção de gerar uma mentirosa sensação de simetria entre eles.

Ao optar pelo silêncio diante de uma situação de humilhação ou que um aluno seja privilegiado sobre outro por conta do tom de sua pele ou por características físicas que possua, a escola transmite a perigosa mensagem de que é conivente com práticas racistas, deixando de ser um local de aprendizado e transmissão de valores e se tornando um local de sofrimento para alunos desfavorecidos por esse sistema.

O objetivo principal da discussão acerca do racismo na escola é a promoção de uma sociedade justa e igualitária, onde a garantia de direitos aconteça para todos, não apenas como privilégios de alguns. O ambiente escolar, mesmo com seus desafios e limitações, é um ambiente mais do que propício para a desconstrução de preconceitos e estereótipos raciais devido a sua característica de ser um local com diversidade e pluralidade cultural onde é possível acontecer discussões acerca da igualdade de raças e promoção do convívio democrático dos seus integrantes.

O psicólogo inserido nesse contexto deve estar atento às nuances do preconceito racial, compreendendo que é resultado de uma série de construções ideológicas e sociais e que as consequências da negligência e omissão são desastrosas. A Psicologia e a Educação devem ser aliadas no combate ao preconceito, atuando em sua comunidade por meio da promoção do respeito à diversidade de raças, pensamento, religiões, gênero, camadas sociais, entre outros, através de uma troca de saberes onde não apenas se ensina, mas também se aprende com o educando e o que este traz consigo como bagagem.

Contudo, a discussão acerca das questões raciais será repleta de significado a partir do momento em que produzir mudança, não apenas um debate raso sobre um assunto que ainda se tem receio em mencionar. É necessário que se aprofunde nessa discussão a fim de provocar inquietação e mudanças profundas, que transformem o ambiente escolar em um lugar democrático e seguro de livre expressão para todos os alunos de forma igualitária e livre de julgamentos para que, enfim, o desenvolvimento cognitivo, cultural, social e político do aluno seja completo. ■



Getty Images



Sim, eu posso!



Vinícius Xavier Cintra Marangoni
Psicólogo (CRP 06/133652). Mestrando em Psicologia (UNESP/Assis)

Na maior parte das emissoras de televisão aberta já é rotina, sobretudo nos programas de auditório, o aparecimento de uma pessoa comum que vem à público relatar uma experiência de sofrimento. Na oportunidade, tudo leva a crer que a “gente da gente” que ali expõe a tormenta vivenciada encontra-se completamente reestabelecida, o que confere ao relato uma tonalidade ainda mais comovente, porque então significa não somente sofrimento, mas também superação! De uma parte, miséria, fome, doença, deficiência, abandono, exclusão, etc., de outra, perseverança, luta, esperança, vitória e sucesso. Combinados, estes ingredientes reúnem, sensibilizam e mobilizam o espectador, como prova a grande audiência destes quadros.

Resumidamente, a “terapêutica” destas reportagens é colocada em prática por intermédio de uma mensagem indireta a quem assiste: “meu sofrimento é nada se comparado ao do fulano(a)”, pensa o telespectador sobre o relato daquela personagem da vida comum. São quadros televisivos que fazem crer que há pessoas que sofreram muito mais do que “eu” e, portanto, “não devo me queixar da minha vida”. Quer dizer, ao apresentar abertamente o sofrimento extremo, fomenta no espectador a resignação em relação à própria vida, porque o faz enxergar que há muitas pessoas mais sofridas do que ele. Este é o primeiro aspecto da “terapêutica” difundida nos “encontros televisivos”.

O segundo, diz respeito à carga motivacional. Geralmente, as histórias narradas na televisão apresentam um desfecho de sucesso. Contam que o pobre-diabo se lançou na batalha desarmado, driblou as dificuldades mais enérgicas até superar os infortúnios da sorte e as próprias limitações para conseguir “vencer na vida”. São narrativas exemplares! Em conjunto, convencem o telespectador: “você não tem motivos suficientes para se queixar de sua vida e deve ir à luta!”, diz indiretamente a reportagem. Finalmente, permeado agora pelo sentimento (passageiro) de que é forte e que também vai triunfar, o telespectador sente-se muito bem, como quem pensa: “sim, eu posso!”

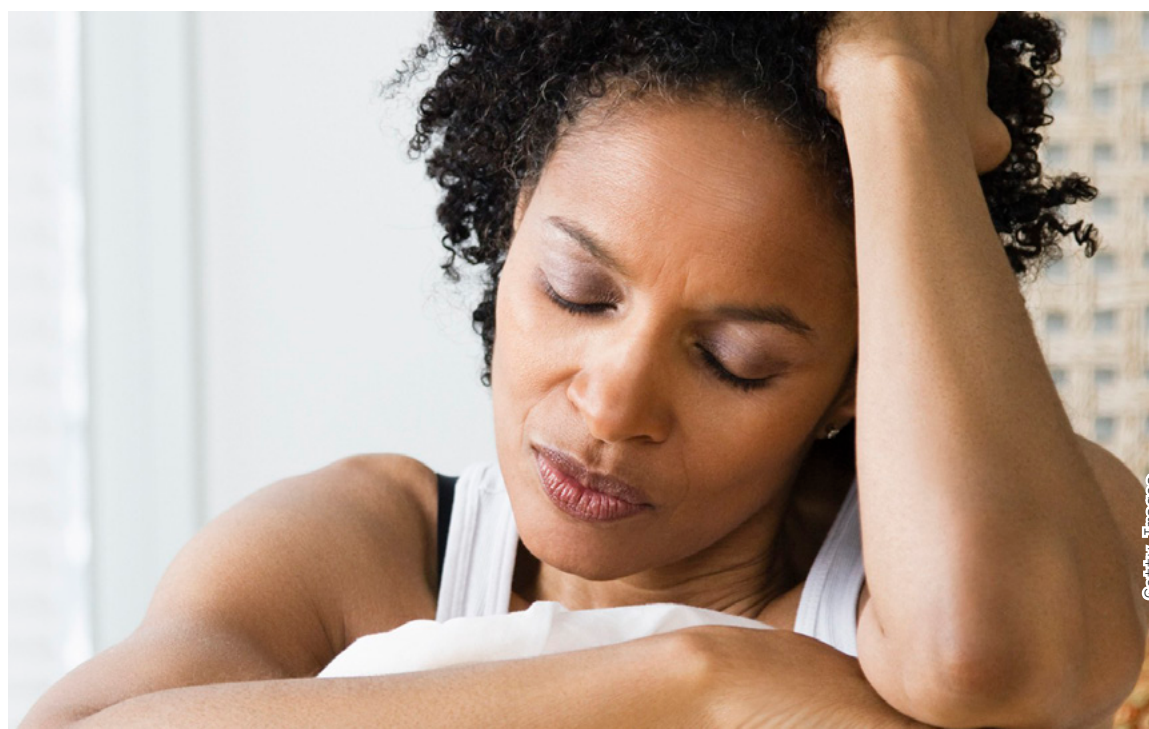
Talvez, quadros televisivos deste tipo tenham ganhado os holofotes por força da intenção nobre de quem quer que seja. Entretanto, sua presença constante em programas das mais variadas emissoras deixa ver que a sensibilização e a motivação dão muita audiência. “Comover” com histórias dramáticas e “motivar” com histórias de superação são ingredientes que compõem uma receita de sucesso na televisão brasileira. Portanto,

a grande audiência destas programações televisivas carece de alguns questionamentos: o que pode explicar seu sucesso? Por que estamos nos nutrimos frequentemente com histórias de sofrimento e de sua superação suposta?

Decerto, pode-se ter uma pista a propósito da resposta às questões acima quando se sabe que comumente o telespectador se compara com a tal personagem da vida comum. Nós, telespectadores que damos audiência ao “comovente” e ao “motivacional”, estamos identificados com o sofrimento e a tristeza, com a “catástrofe” particular, com a alma que chora... É a nossa natureza triste e passiva que nos prende as histórias televisivas de sofrimento extremo e superação. É a nossa crença que se alimenta da fantasia de sucesso mágico que colocará fim a todo sofrimento. Somos uma geração que a cada dia está atribuindo maior importância ao drama individual do que as questões sociais e culturais que dizem respeito à vida de todos nós! Aliás, quando damos audiência ao sofrimento extremo das reportagens mencionadas, é a

nossa “catástrofe” própria que se está dando atenção, indiretamente.

Atenção: não há aqui nenhum interesse em desqualificar o sofrimento de qualquer natureza e intensidade. Pretende-se somente enfatizar que a centralidade dos dramas individuais é também efeito de nossa pobreza espiritual, tão evidente no contemporâneo. Só mesmo uma sociedade deprimida para dar tamanho ouvido ao sofrimento novelesco propagandeado oportunista pela mídia televisiva. Só mesmo o embotamento d'alma para dar tamanho ouvido à falácia das soluções mágicas. Só mesmo nosso egoísmo enorme para dar tamanho ouvido à meia-verdade do discurso meritocrático, que o pedantismo quer fazer aplicável até mesmo as questões da alma! ■



Getty Images

Rolfing
Brasil
integração estrutural

Rolfing é um sistema de reestruturação corporal e educação do movimento no qual o profissional manipula o tecido conjuntivo que envolve e conecta nossos músculos e ossos (chamado fásia), liberando as tensões existentes em segmentos corporais como pés, pernas, quadris, tórax, pescoço e cabeça, realinhando-os à gravidade.

Com Rolfing o corpo ganha equilíbrio e não precisa gastar tanta energia para realizar movimentos básicos como manter-se em pé ou caminhar.

A sensação de totalidade adquirida com o Rolfing também contribui para a evolução pessoal, na medida em que estimula o autoconhecimento.

José Henrique Bronze Dias
Rolfista Estrutural e Movimento
rolfingmaringa@gmail.com
Maringá (44) 3031-2280 / 9973-3905
Londrina (43) 9617-6600

O silêncio como produto e produtor de apagamentos: o que a psicologia tem a ver com isso?

"Às vezes o silêncio diz mais que mil palavras. Saber sustentar o silêncio é saber lidar com os próprios vazios" (NASIO, 2010).

Diante desta citação, incito você, leitor ou leitora, para pensarmos em conjunto sobre quais seriam os vazios e os silêncios da Psicologia. Claro que não conseguiremos dar conta de responder esta problemática e quiçá algum dia conseguiremos dar conta de respondê-la, mas tenho como propósito neste texto discutir a possível relação entre silêncio e Psicologia. Afinal, desde os primeiros anos de formação em Psicologia aprendemos que o silêncio também é uma forma de comunicação e, consequentemente, devemos entender o silêncio de modo positivo, posto que pode ser um caminho para a compreensão de inúmeras questões. Sendo assim, apoiado na ideia de que o silêncio é produtor de realidades, bem como de significações, tentarei construir uma possível resposta ao que denominei como aos possíveis vazios e silêncios da Psicologia.

Apesar dos movimentos de transformação, é possível afirmar que há algo que resiste ao tempo, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e faz do Brasil, Brasil (BORGES, 2017). São as camadas sedimentadas que solidificam estruturas e nos acomodam a formas de existência por vezes tidas como insuscetíveis de questionamentos e tensões. Sem nenhum equívoco, sabemos que as camadas da colonização e da escravidão são de tamanha espessura que, de tal sorte, até hoje cobrem o nosso tecido social, sobrevivendo com tenaz resistência aos humores dos tempos.

Esta realidade não só constitui como também persiste no campo da Psicologia quando se trata da relação saberes psicológicos e relações étnico-raciais, haja vista que, a Psicologia no Brasil tem reservado um espaço de pouco significado ao estudo desse fenômeno que toca à vida de mais de 50 milhões de cidadãos brasileiros de origem afrodescendentes, consequentemente ao reservar um espaço de pouca visibilidade e significância, o saber psicológico não estaria contribuindo e corroborando para o silêncio referente às questões étnico-raciais?

Na tentativa de exemplificação deste argumento, lanço novamente algumas perguntas para que você, leitor ou leitora, possa respondê-las: Quantos professores

negros/as teve durante a sua graduação? Quantos autores/as negros/as leu durante a sua graduação? Quantas disciplinas referentes aos estudos étnico-raciais estiveram presentes nas grades curriculares durante a sua graduação?

Se as respostas para estas afirmações forem positivas, arrisco a dizer que você foi uma pessoa privilegiada, afinal é sabido que nas grades curriculares das faculdades de Psicologia brasileiras, raramente encontram-se menções ao tema da raça e do racismo em disciplinas obrigatórias, sendo possível observá-las apenas em disciplinas optativas e eletivas. No entanto, urge, assim, um reexame da construção desta realidade que, por décadas, insistiu na invisibilidade e no silêncio referente às questões étnico-raciais. Reexame, visto que a Psicologia deveria ser uma das áreas do conhecimento alicerce para se pensar e enfrentar o racismo contra o negro, já que ele (o racismo) é uma modalidade de violência de desigualdade política e, como tal, é (ou pode ser) promotor de persistente sofrimento psíquico vivido por e entre a população negra.

É de suma importância reconhecer o esforço de alguns nomes que vêm se constituindo como vozes fundadoras de outros modos e formas de pensar conexões e interseções entre Psicologia e relações étnico-raciais, no entanto, este movimento ainda é mínimo e, sobretudo, vagaroso.

Visto que a produção e a manutenção deste silêncio foram e são arquitetados estrategicamente, uma vez que a ciência não é neutra e, consequentemente, o saber científico passa a ser constituído por diferentes marcadores, tais como racial (branquitude), ocidental, euro-americano- heteronormativo, dentre outros. Sendo assim, pode-se dizer que por de trás desta possível "neutralidade" há várias coisas que não são expostas e expressas.

Hanna Arendt (1989), em "Homens em tempos sombrios", ratifica que o mundo está cheio de histórias de acontecimentos, ocorrências e eventos estranhos que só esperam a ser contados (p. 107). No entanto, estes fatos, eventos, fenômenos e realidades já são rejeitados e desprezados, uma vez que diferentes dispositivos de saberes e poderes passam a enquadrar e arquitetar possíveis eventos, fenômenos e realidades possíveis de visualização e compreensão enquanto outros são en-

quadrados a partir do processo de sujeição, apagamento e o homicídio de inúmeras vozes e possibilidades.

Neste sentido, a prática discursiva constitui-se uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença, no qual ser branco torna-se parâmetro de beleza, nobreza, sabedoria, dentre outros adjetivos. Assim, o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias, eles são a cultura, a civilização, em uma palavra a humanidade (NOGUEIRA, 1998, p. 102).

A produção deste paradigma promoverá inúmeras consequências e efeitos nos modos de subjetivação, uma vez que, ao demarcar o estatuto humano como sinônimo de brancura, consequentemente irá redefinir todas as dimensões humanas e assim hierarquizar-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão. Quanto mais próximo ou mais branco a pessoa for, mais próxima estará do que se entende por humanidade, e em consequência mais próxima dos direitos humanos. Por outro lado, quanto mais distante do que entende-se por brancura, mais afastado esta pessoa estará do que se entende por humanidade.

Nessa rede, negro e branco se constituem como extremos, unidades de representação que correspondem ao distante, ou seja, objeto de um gesto de afastamento e ao próximo, objeto de um gesto de adesão (NOGUEIRA, 1998). Dentre inúmeros efeitos da produção desta realidade, pode-se afirmar que a branquitude tornar-se o Ideal de Ser para os Outros, isto é, para tornar-se um corpo visível aos olhos deste padrão passa ser necessário que esta pessoa se enquadre e vista a máscara branca para que, minimamente, seja vislumbrada, no entanto, em apenas algumas situações e contextos, haja vista que esta pessoa nunca será o Ideal do Ser, afinal ela nunca será branca.

Com isto, a ciência, bem como o saber psicológico, contribui e corrobora para o estabelecimento e constituição desta realidade, seja na produção e corroboração de práticas racistas e discriminatórias, ou seja, no silenciamento frente a esta realidade onde hierarquiza saberes, poderes e vidas. Sendo assim, se no mito de Narciso este acha feio o que não é espelho, a ciência também elege como corrompido e a-científico o que não é espelho. Exemplo disto, a branquitude aciona e constrói diferentes saberes para justificar este processo de colonização, exclusão e apagamento de vozes.



Paulo Vitor Palma Navasconi

Graduado e Mestrando em Psicologia (UEM), militante negro e membro do coletivo Yalodê-Badá e do NEIAB.

Deste modo, o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio. Segundo Carneiro (2005), no caso dos/as negros/as o epistemicídio atua como um conjunto de práticas educacionais desfavorecedoras e constrangimentos sociais cotidianos, visando obstar a trajetória do sujeito negro como sujeito de conhecimento. Impossibilitando esse papel, trava-se um processo social de emancipação do sujeito e de seu grupo.

Infelizmente, invisibilizar e anular essas vozes, bem como estes conhecimentos, fazem de um conjunto de estratégias que essencializa os saberes numa única voz, isto é, na voz da branquitude e consequentemente na maioria das vezes do homem branco. Favorecendo assim, a produção e a reiteração de que negros/as são por natureza não muito humanos, e, portanto, não suficientemente dotados de racionalidade, capazes de produzir conhecimento e sobretudo, ciência. Com isto, pode-se pensar em epistemicídio a partir do momento em que um grupo elege apenas um único conhecimento científico, negligenciando outros saberes, retirando assim suas validades e potencialidades.

Dessa maneira quando pergunto quais são os vazios ou silêncios da Psicologia, é justamente para problematizar algumas realidades das quais muitos de nós sequer visualizamos e atentamos-nos a elas, por exemplo, referente às questões étnico-raciais, gênero e sexualidades, ações afirmativas, cotas raciais, genocídio da juventude brasileira, dentre outras questões. Assim como aprendemos que o silêncio é um recurso positivo e de suma importância no processo analítico e na constituição das subjetividades, aprendemos também que a Psicologia é plural, mas, afinal, esta pluralidade diz respeito a quem e a qual realidade?

Pois, quando penso em pluralidades, penso em pluralidades de vozes, de possibilidades de existências bem como, de histórias. Consequentemente, para que isto se concretize, é necessário rompermos com os silêncios e, assim como Ribeiro (2016), quando digo silêncio, eu não estou me referindo à ideia de responder diretamente a alguém, ou seja, quando eu penso em silêncio, eu penso nos silêncios institucionais, eu penso no silêncio em relação à naturalização da morte de corpos negros, eu penso no silêncio em relação às desigualdades, eu penso no silêncio em espaços acadêmicos, ou num país

como o nosso de maioria negra, e que a maioria não se enxerga, não se reconhece enquanto negro e que não se reconhece nos espaços de poder. Quando eu penso em silêncio eu penso no quanto esse silêncio é construído por conta da determinação e da imposição de uma voz única, de uma voz que quer falar sobre nós, de uma voz que quer falar sobre o meu corpo, de uma voz que impede que uma pluralidade de vozes possa falar. Então, ter direito a voz é ter direito a humanidade. E enquanto eu não tenho direito a voz, a minha humanidade está sendo negra.

Neste sentido, quantos de nós não corroboramos para o silenciamento de inúmeras vidas em nossas práticas cotidianas? Quantos de nós muitas vezes nos silenciemos, pois nos impuseram o silêncio? Todavia, em toda ação há uma reação e na constituição dos saberes científicos, bem como nos saberes em Psicologia, esta ideia esteve presente, isto é, tivemos pessoas, sobretudo, mulheres negras que resistiram a esta imposição, como Audre Lorde, que argumenta que muitas vezes é necessário que passemos a dizer e verbalizar e compartilhar, mesmo correndo o risco de que sejam rejeitadas ou mal-entendidas estas verbalizações, visto que “eu iria morrer cedo, tivesse falado ou não. Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês” (LORDE, 1977).

Com isto, assim como há vidas que foram construídas para serem dignas de luto e luta, há vidas que também foram construídas para falarem e vidas para permanecerem em silêncio, no entanto, é necessário e urgente que passemos a romper com os silêncios, posto que o vazio, a ausência e o silêncio também são uma ideologia. Deste modo, romper com o silêncio é romper com práticas violentas, genocidas e epistemicidas, ou seja, romper com o silêncio é rompermos com a naturalização das violências cotidianas que na maioria das vezes sequer percebemos como sendo violências.

Nesta perspectiva, apoio-me no percurso histórico para sustentar tal afirmação de que encontramos inseridos em um contexto de guerra declarada, mas o alvo de ataque, na maioria, das vezes não aparece e encontra-se invisibilizado, neste sentido, atacam-se corpos negros, corpos indígenas, corpos LGBTQTTs e dentre outros corpos abjetos (estranhos), entretanto, este ataque não é visto e compreendido como sendo

um ataque. Sendo assim, em planos estruturais não há empatia, não podemos afirmar que há empatia frente a esses corpos, uma vez que os sofrimentos e os gritos exclamados por essa população só suscitará mais repugnância e ódio, ou seja, é uma guerra declarada e contra as “raças inferiores”.

Se a cada 28 horas uma pessoa LGBTQTT é assassinada no Brasil, se a cada 23 minutos um jovem negro no Brasil é assassinado, se a pobreza e a desigualdade social têm cor e classe e, consequentemente, se nos estudos científicos acerca da intersecção raça, gênero e Psicologia predomina-se o silêncio, estas realidades não são meros acidentes ou falta de empatia e cuidado. Pelo contrário, a manutenção estrutural de uma sociedade pautada e enviesada pelo sistema colonial só se estrutura se houver apagamentos, exclusões, torturas e genocídio.

Novamente, gostaria de salientar que mudanças estão acontecendo, entretanto, esta transformação ainda é mínima se formos olhar para a história da Psicologia, com isto, há muito que a ser feito, há muitos silêncios que precisam ser rompidos, e, nesse sentido, eu vos deixo a seguinte pergunta: “Até que ponto estamos permitindo que as vozes apagadas falem? E até que ponto esses sujeitos que foram configurados nessa voz única estão necessariamente se colocando na responsabilidade de ouvir?”

É necessário nos responsabilizarmos, ouvirmos e nos posicionarmos, haja vista que “podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar” (LORDE, 1977, p. 4).

Portanto, pautado numa perspectiva da transformação do silêncio em linguagem e ação, pode-se afirmar que o fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para rompermos. ■

Instituto Psicologia em Foco em Ponta Grossa

No dia 27 de agosto foi comemorado o dia do Psicólogo e, para celebrar a data e o primeiro ano do curso de Psicologia no novo campus da UniCesumar, os membros do Instituto Psicologia em Foco foram para Ponta Grossa discutir variados temas com profissionais e novos alunos.

Coordenador do IPF, o psicólogo Vinícius Romagnolli Gomes palestrou sobre o “surgimento da Psicanálise entre luzes e sombras”. Em sua fala, Vinícius expôs uma breve biografia de Sigmund Freud, o contexto e as influências para o desenvolvimento da teoria, apresentou conceitos e discorreu sobre o aparelho psíquico, o inconsciente e a importância e as contradições da Psicanálise.

A “introdução ao conceito de trauma em Freud” foi apresentada por Emily Albuquerque. Foi abordado o início dos estudos e trabalhos de Freud, as mudanças na conceitualização do que é o trauma,

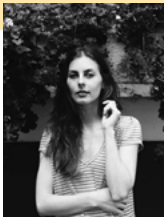
a sua relação com a pulsão de morte e formas de tratamento. Emily também compartilhou as vivências da pesquisa sobre abuso sexual infantil, realizado no Hospital Universitário de Maringá.

Ieda Marinho e Cayla Sousa dos Reis falaram sobre a “Psicanálise com crianças”, percorreram um traçado histórico, explicaram as fases psicosssexuais, a importância do banho de linguagem, apresentaram estudiosos que pesquisaram sobre as crianças, seu desenvolvimento e o brincar, além de diferenciar a Psicanálise das escolas inglesa e francesa.

As psicólogas ainda apresentaram o tema “orientação profissional”, expuseram os objetivos e as influências, explicaram os fatores que influenciam na tomada de decisão tanto de adolescentes, quanto de adultos que buscam uma reinserção ou satisfação profissional e exemplificaram com casos que já trabalharam na prática clínica. ■



nas árvores do mundo existem pragas brancas



Mariana Vitti
Fisioterapeuta e pós-graduanda em Terapia Intensiva (PUC-RS). Os poemas, garante, tece em horários fora dos plantões hospitalares.

das frutas estranhas nas árvores do sul
que billie holiday sangrou na voz, ela diz
strange fruit
black bodies swinging in the southern breeze
que surgiu de um poema
feito pela abel meeropol quando viu
numa foto
dois negros enforcados numa árvore,
ela diz
southern trees bear a strange fruit
sem saber que a fotografia
era de indiana, no norte do país.

passando por mississippi em chamas,
pela roupa cristã dos ku klux klan
e mississippi goddam, aquela música que
nina simone fuzila
e também por luther king em
washington
levantando as mãos pra cima.

o policial que foi obrigado a se despir
num mercado pra provar que não roubou
nada
o ator que foi confundido com bandido
e permaneceu 16 dias na cadeia
o goleiro chamado de macaco
num jogo vendido como fair play
[é estranho dizer a profissão
sem incluir a cor pra justificar
humilhações].

o branco não consegue evoluir
nem se tiver lei
nem se for pago

as pragas brancas desceram das árvores,
billie
caminham bípedes munidas de 4g
para o resto do horizonte ■

passando pelo amarelo no errejota
pelos rolezinhos que ameaçavam
os brancos dos shoppings
e a estátua de um negro acorrentado
num supermercado em esepê
e o racismo coordenado nas redes
sociais.



O sofrimento como expressão da vida: os limites da cultura diagnóstica



Aline Sanches

Doutora em Filosofia, psicóloga (CRP 08/19679), psicanalista, professora do Departamento de Psicologia (UEM) e coordenadora da Roda de Psicanálise.



Josiane C. Bocchi.

Doutora em Filosofia, psicóloga (CRP 06/58623) e professora de psicopatologia do Departamento de Psicologia (UNESP/Bauru).

Em nossa cultura, esforçamo-nos para transformar toda experiência de sofrimento humano em uma patologia a ser tratada. Simão Bacamarte, o grande alienista, já sabia que “a ciência tem o inefável dom de curar todas as mágoas” (ASSIS, 1882/1993, p. 48). Ao receber um determinado diagnóstico, “o neurótico”, “o depressivo” ou “o bipolar” nomeia-se – e é nomeado pelo saber do especialista – através de um ato de fala capaz de produzir performaticamente novos efeitos, ampliando, mas também restringindo outras possibilidades (SAFATLE, 2013). Quais são as implicações dessa psiquiatrização engendrada pelos manuais diagnósticos e pela medicalização crescente da vida contemporânea? As classificações partem do princípio de que todos os tipos de mal-estar podem ser codificados, diagnosticados e tratados com a mesma eficácia e precisão com que se trata um organismo e seu órgão afetado.

Temos assistido ao crescimento exponencial das estatísticas nos casos de autismo, TDAH e depressão, a ponto de ganharem status de epidemias. Mas sabe-se que tais índices crescem na mesma proporção que os instrumentos diagnósticos que os identificam. Seguindo este raciocínio, sabemos que muitos diagnósticos de transtorno mental são efeitos da visão normativa dos manuais psiquiátricos e do mero anseio por classificar. Anseio este que não atinge somente os especialistas; quem sente um mal estar, imediatamente já começa a se identificar com listas de sintomas que circulam pela internet. É a busca de um nome para se ancorar ou para refutar: que tal um diagnóstico para chamar de seu? E, por acaso, um nome inclui? Sim, há novas identidades criadas e reinventadas em modismos e siglas: TEPT, TBP, LGBT...

Contudo, há diferentes modos de sofrer a vida que não precisam – e que muitas vezes não podem – ser nomeados. Assim, primeiramente, gostaríamos de propor uma reflexão sobre o transtorno mental não como doença ou patologia – embora ele seja um signo do campo da psicopatologia –, mas fundamentalmente como uma experiência de sofrimento. Em seguida, pensar o sofrimento como indissociável de uma categoria política que aspira ao reconhecimento (DUNKER, 2015), uma vez que o sofrimento comunica, anuncia, denuncia, cala certas coisas, grita outras, mas aponta

limites. Podem ser limites de um indivíduo, de um coletivo ou de uma sociedade e de sua época, da economia liberal, do mundo globalizado e de suas invenções efêmeras, onde produtos, grupos e pessoas são equalizados no mesmo registro do valor de troca; em que as demandas sociais impostas e/ou assumidas pelo sujeito, de eficácia e produtividade, refletem padrões inviáveis de consumo, beleza e vitalidade.

Assim, propomos deslocar o alvo de nosso furor diagnóstico, mirando a cultura e analisando seus sintomas e suas figurações de mal-estar, e não o indivíduo. Logo, encontramos vários autores que descrevem nossa atualidade como marcada por perdas e vazios, “entendida alternativamente como incapacidade do sujeito de reconhecer-se em sua própria história particular ou como dificuldade de estabelecer formas sociais universalmente comparáveis” (DUNKER, 2011, p. 115). Cultura marcada por vínculos sociais rasos, frágeis e móveis, compondo narrativas esburacadas e solitárias, em que pesam “expressões do paradigma mórbido, que caracteriza a subjetividade moderna como um inventário de desencontros, falsas restituições, promessas irrealizadas e elaborações melancólicas” (ibid, p.119).

Neste sentido, ancorar-se em uma classificação diagnóstica satisfaz certos aspectos de nossa necessidade de enraizamento e pertencimento, mesmo quando se trata de paragens reconhecidas socialmente como deficitárias, limitadas e patológicas. A noção de transtorno mental como doença, como déficit (de hormônio, neurotransmissor ou de ajustamento ao que se espera), busca padronizar o sofrimento e é representada pelo modelo médico que ganhou força a partir da década de 60 com a descoberta dos primeiros fármacos para psicose e depressão maníaca. Em contraposição a esta visão padronizadora do sofrimento, a psicanálise oferece meios para torná-lo singular, não para aumentar o fosso da solidão que nos separa uns dos outros, mas possibilitando a criação de uma narrativa pessoal e social em que me reconheço nos outros seres viventes, mesmo quando exalto minha originalidade e onde minha experiência de sofrimento torna-se matéria-prima para potencializar a vida. ■



CTC Veda
Clínica, Ensino e Pesquisa

CENTRO DE TERAPIA COGNITIVA VEDA - Unidade Maringá | Clínica, Ensino e Pesquisa

CTC VEDA PRESENTE EM CINCO UNIDADES PELO BRASIL

Todos os cursos reconhecidos pelo MEC

CURSOS

Cursos de Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental - Turma IV
Adultos | Crianças e Adolescentes
Maringá – Início 28 de Abril de 2017

Cursos reconhecidos pelo MEC
e pela **UNIÃO EUROPÉIA (DGERT)**

Informações

44 3025.7832
ctcvedamaringa@gmail.com
www.ctcveda.com.br

O transtorno da personalidade borderline: deslizos entre irrupções e simbioses



Guilherme Geha dos Santos

Graduado em Psicologia (UEM), Especialista em Psicoterapia Psicanalítica (EPPM) e Mestre em Psicanálise e Civilização (UEM). Psicólogo clínico (CRP 08/20587) em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e em clínica particular.

Os casos borderline, também conhecidos como estados-limite, fazem parte de um grupo psicopatológico cujas dificuldades no tratamento são marcantes. As diretrizes advindas dos principais manuais diagnósticos, CID-10 (OMS, 1993/2011) e DSM-5 (APA, 2014), para o transtorno da personalidade borderline, versam principalmente sobre a desorganização da identidade, instabilidade, relacionamentos amorosos conturbados, impulsividade, constante sentimento de vazio, comportamentos autolesivos e suicidas e raiva incontrolável.

Recentemente, em uma pesquisa sobre a temática borderline e a psicanálise (Santos, 2017), foram encontrados trabalhos que tratam do assunto desde a década de 1930. Em geral, é possível afirmar que as dificuldades em compreender o que são casos borderline ainda são presentes.

Desta forma, algo importante a ser informado é a respeito da existência de diversos tipos de tratamentos, os quais não visam necessariamente a uma cura, mas a interferência positiva na vida do sujeito, de forma a diminuir sua autodestrutividade. A psica-

nálise oferece algumas modalidades de tratamento, tradicionais e contemporâneas, contudo, o tema merece a atenção das diversas linhas de pensamento da Psicologia e de outros campos do saber, uma vez que os casos borderline são confundidos com muita frequência com transtornos mais bem estabelecidos, como o da bipolaridade.

Além da confusão com outros tipos de transtorno, as pessoas que convivem com casos borderline se encontram frequentemente em situações turbulentas. Na literatura psicanalítica, é possível identificar linhas de pensamento que abordam essas situações turbulentas como tipos de vínculo que o sujeito borderline constrói. Isso é algo válido tanto para profissionais quanto para leigos, pois abre espaço para a compreensão do que ocorre com esses pacientes.

Seguindo essa linha, pode-se instigar o leitor a se imaginar em uma situação em que não consiga mais distinguir quais são suas emoções, o que pensa e o que gosta. Pense que nessa confusão seja fortalecida uma grande angústia, uma sensação de vazio e que consiga mantê-los equilibrados à custa de outra pessoa. No entanto,

ao sinal de alguma falha pequena, a pessoa de quem é dependente se torna fonte de uma raiva incontrolável. Dessa raiva, ocorre uma explosão e não consegue mais imaginar o porquê aquela pessoa tinha alguma importância, retornando à confusão e ao vazio.

Esse exercício proposto serve apenas a um propósito. É possível se colocar na situação alheia, ou ao menos pensá-la. Tanto o tratamento dos casos borderline feito por profissionais, quanto o convívio, dependem da capacidade de compreender o quão incontrolável são suas irrupções de raiva e seus vínculos simbióticos.■

Suicídios.

**Como prevenir isso,
se não falarmos
sobre esse
assunto?**

 /essentiaclinicadepsiquiatria
 @essentiamed



essentia
Clínica de Psiquiatria

Do desamparo ao amor



Marco Correa Leite

Psicólogo (CRP 08/17139), analista em Londrina, vice-diretor da Associação Livre Psicanálise em Londrina e coordenador e professor da especialização em Psicanálise Clínica da UNIFIL.

O desamparo humano, posição inicial que todos nós habitamos desde o momento de nosso nascimento, tende a ser visto pela psicanálise como uma forma de não-vínculo com o outro. O "antes" primordial de qualquer relação humana, como escreveu Freud em "Inibição, sintoma e angústia".

Na sociedade contemporânea, o sujeito é recortado pelo discurso do Outro que ordena a todo momento que se goze, não importando como. O desamparo deixa de ser apenas estrutural e passa a ser reconhecido como uma das formas de sofrimento e padecimento muito comum nos dias atuais.

Nomeado por vezes como Síndrome do Pânico, o desamparo estrutural deixa de ser visto como importante cena primitiva, na qual a partir deste estado, o sujeito se lançaria ao outro na expectativa de produzir um laço que lhe sustente, que lhe dê a condição de humano. O desamparo passa ser visto como algo da ordem do evitável, do medicalizável, do sofrimento que necessita ser calado, impondo ao sujeito o vínculo com um outro pela via do medicamento, um dos fetiches contemporâneos.

Percorrendo a escrita freudiana, o livro "Ainda há amor?" trabalha a entrada do ser humano no vínculo com o outro a partir do desamparo do momento do nascimento. No entanto, compreendendo que o ser humano é atravessado pelo discurso social, o livro traz uma visão sobre a constituição psíquica na contemporaneidade, tempo sabidamente atravessado pelo espetáculo e pelo consumismo.

Ainda há amor? É uma pergunta a ser feita a todos. Estamos mesmo nos relacionando com os outros a partir de vínculos de amor, ou partindo do pressuposto que o outro, é tão somente mais uma mercadoria disponível para consumo?

O livro não pretende responder a esta questão, mas antes, problematizá-la para que o próprio leitor se perceba dentro da engrenagem capitalista, como uma de suas peças ao se produzir também como mercadoria para que seja comprado, visto, utilizado pelo outro. Por exemplo, na entrada do indivíduo no mercado de trabalho, ganha a vaga quem se vender melhor para ser explorado pelo patrão. Ou no mercado das relações afetivas, ganha quem se destituir ao máximo de si, assujeitando-se ao outro. Ganha o mais alienado de si mesmo, o que se vender melhor.

O estranho é que, justamente por estar nessa posição de objeto para consumo, é que pode aparecer o desamparo humano como

condição para pensar sobre si, para engajar-se em uma análise por exemplo. E será ali, na análise, que o analista pela via da transferência poderá intervir resgatando o que ainda há de amor no sujeito e possibilitando que este laço com o outro se produza.

O que estava direcionado narcisicamente ao Eu, na tentativa de ser um objeto fálico para o consumo, uma vez em análise, o sujeito tem a possibilidade de enveredar pelo campo do que lhe falta, não mais sofrendo pela impossibilidade de ser o que o Outro deseja, mas antes, sendo aquilo que ele pode ser para si mesmo construindo as medidas do que lhe é possível.

Esta mudança possibilitada pela relação transferencial só é possível pela via do amor. Amar – como diria Lacan em seu seminário 8 – é transmitir a castração, ou seja, permitir-se ser faltante, permitir-se não ser todo. Diferentemente do proposto pela cultura do consumismo, na qual haveria uma satisfação total possível pela via do consumo de uma mercadoria, o amor porta algo de insaciável, algo de pleno que só pode ser atingido se este amor de fato for capaz de suportar a falta, ou em outras palavras, o próprio desamparo.

Neste ponto, amor, desamparo, falta, estamos falando de libido. A libido encontra sua satisfação não no consumo do objeto, mas na manutenção da presença deste. Em outras palavras, como afirma Freud, "É preciso amar para não adoecer". E só há amor, ali onde a dimensão da falta é sustentável, pois sem esta dimensão, retornamos à tentativa de completude, de plenitude, em que todo o resto seria apenas mais um objeto para o consumo, em suma, retornamos ao desamparo humano, pois não há humano sem a dimensão do outro. ■



Getty Image

Dra Angela Maria Pires Caniato
CRP-08 : 0336
Psicoterapia de base Psicanalítica

(44) 99916 -7348
(44) 3224 - 2167

EMILY ALBUQUERQUE
Psicóloga
CRP: 08/24208

- Crianças
- Adolescentes
- Adultos

44 999194877
/psicologae.albuquerque
emi_lylaiane@hotmail.com

A dor de não ter sua dor reconhecida



www.crppr.org.br
facebook.com/crppr
instagram: @crp_pr

Coluna do Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR) trará informações e responderá dúvidas sobre a profissão e o exercício profissional a cada edição.

Racismo é risco de saúde mental, mesmo assim, muitos pacientes não sentem sua dor acolhida e validada e isso precisa mudar.

“Não importa o que fizeram de mim. O que importa é o que eu faço com o que fizeram de mim.” A famosa frase de Sartre faz sentido e é muito utilizada na Psicologia. Mas é preciso ir além, para compreender que quem somos é resultado também de tudo o que vivemos, experienciamos e continuamos experienciando e, por isso mesmo, não pode ser separado do sujeito. Essa compreensão é ainda mais relevante quando envolve questões que marcam profundamente o desenvolvimento e afetam todas as áreas da vida, como o racismo.

O preconceito racial causa sofrimentos intensos e quem convive com ele cotidianamente tem como primeira necessidade que essa dor seja reconhecida como real, validada e acolhida pelos profissionais da Psicologia, conforme afirma a psicóloga Fernanda Almeida Pedroza (CRP-08/21395). “Não é possível separar a dor causada pelo racismo das outras dores ou demandas das pessoas negras, uma vez que estão interconectadas”, avalia.

“Eu recebo muitos pacientes negros que me procuram por eu também ser negra, porque acreditam que irei compreender melhor o que me trouxeram. Muitos já tiveram, em outras psicoterapias, seu sofrimento em relação a situações de racismo minimizados, ou mesmo ignorados, e isso lhes causou ainda mais dor”, conta a psicóloga.

“Alguns se sentem solitários e levam outras questões aos terapeutas, deixando esta de lado, como se fosse uma questão que eles deveriam dar conta sozinhos”, explica.

Para Fernanda, esse cenário é fruto da própria invisibilidade do racismo na sociedade e da falta de preparação dos profissionais. “O racismo é um fator de risco de saúde mental para o desenvolvimento de depressão, ansiedade, fobias e problemas de autoestima, entre muitos outros. Então, por que não se fala dele? Quando um paciente está com depressão, nós dizemos para ele que isto está ocorrendo e não é sua culpa. Ensinaamos a ele como lidar com isso. Mas, isto não ocorre em relação ao racismo”, questiona Fernanda.

“Muitas vezes é preciso, inclusive, ajudar o paciente a compreen-

der o que ele está vivendo. Os preconceitos são tão enraizados que acabam naturalizados e, muitas vezes, o paciente não consegue identificar de onde vem sua dor”, comenta.

Vale lembrar, que o Código de Ética dos Psicólogos, define, em seus princípios fundamentais, que “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” e que “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Desta forma, o psicólogo está proibido de compactuar ou praticar qualquer tipo de discriminação ou preconceito, ligados à raça, gênero, orientação afetivo-sexual, religião ou qualquer outra característica. Se isso ocorrer, é importante que estes comportamentos sejam denunciados ao Conselho Regional de Psicologia do Paraná, para que os profissionais possam ser orientados e responsabilizados por suas ações. É possível verificar como realizar denúncias no site do CRP-PR (www.crppr.org.br), na aba “Serviços”, item “Fazer denúncia”.

Além de fiscalizar e orientar os profissionais, o CRP-PR também conta com diversas ações de incentivo ao debate sobre o tema e ao combate ao preconceito e racismo na sociedade. Essas são iniciativas que estão presentes em todas as iniciativas do Conselho mas, sobretudo, naquelas organizadas pela Comissão de Direitos Humanos, que está presente na sede, em Curitiba, e nas subseções, em Maringá, Londrina e Foz do Iguaçu. Se você deseja contribuir com o debate sobre o tema, venha participar conosco! Envie um e-mail para comissoes08@crppr.org.br e verifique a data da próxima reunião na sua região. ■



ATENDIMENTO INFANTIL E ADULTO
44 99900 2792
cayla.sousa@hotmail.com



**Dr. Cleto
Rocha Pombo Fº**
médico-psiquiatra-psicoterapeuta
CRM 19276 / RQE 1408

(44) **3225-4965**
3262-1253

Médico - PUC-PR
Psiquiatra - PUC-PR / ABP
Mestre Psicologia - UEM-PR
Psicoterapeuta Psicanalítico - USP-SP

Av. Tiradentes, 1081
Centro Vascular

Maringá - PR - 87013-260

Militância e suas produções afetivas



Eduarda Rodrigues da Rosa

Acadêmica do quinto ano de Psicologia (FIO) e integrante do GENI Coletivo Feminista Interseccional.



Amanda de Souza Eloy

Acadêmica do quarto ano de Psicologia (FIO) e integrante do GENI Coletivo Feminista Interseccional.



Déborah Karolina Perez

Psicóloga (CRP 06/87318), docente (FIO) e integrante do GENI Coletivo Feminista Interseccional.



Janine Cecilia Gonçalves

Integrante do GENI Coletivo Feminista Interseccional.

A Militância é uma forma de agir, pensar e resistir a algo vigente e normativo ou que é imposto sobre o sujeito contra sua vontade. Assim, contesta e luta pela emancipação de questões históricas e socialmente instituídas. Em outras palavras, é uma reação e, simultaneamente, potência criadora inscrita na vida cotidiana das(os) militantes e que, ao mesmo tempo, as(os) coloca numa posição difícil de denúncia, retaliação e contravenção.

A sociedade se denomina democrática e de livre expressão, mas opera silenciando sistematicamente as vozes que se levantam contra ela. Deste modo, além da opressão direta – não aceitação da luta militante – há também a subversão de discursos e práticas que, somados, produzem afetos e angústias.

Afinal, o que desmantelamos ao resistir e quais reações causamos ao rejeitar o que nos é imposto? Quais estereótipos criamos e nos são criados? O que representamos para as(os) representadas(os) pela luta, militantes ou não? Como somos subjetivadas(os) por este processo? Será que só mudamos o lugar da solidão e do silenciamento? Como ser (se manter) forte neste ato de força que é o enfrentamento?

Ser militante difere de estar militante, pois a contestação permeia a visão de mundo e suas relações, não sendo restrita à atuação pontual. Tem-se a ideia de força e bravura por parte de quem milita, esquece-se, com frequência, o sofrimento causado e a implicação direta nas relações afetivas e grupais. Ao ir de encontro a parte do sistema as(os) militantes são estereotipadas(os), requisitadas(os) como se a força lhe fosse inesgotável, não sendo perdoada(o) por fraquejar. Ademais, deve ter de se doar sempre e ser exemplo a ser seguido.

Os afetos engendrados por quem milita podem ser libertadores e/ou dolorosos. Nesse sentido, destacamos três situações de tensão geradas nessa prática de vida: as práticas de silenciamento, a subversão da militância e a pressão externa e interna (embates éticos).

A militância, naturalmente, enfrenta resistência social que procura perpetuar aquilo que se deve eliminar. Para isso, criam-se os estereótipos de discurso vitimista, radical, raivoso, extremista e subvertem discursos, fazendo com que as pessoas respondam com violência, relativização e deslegitimação das lutas por direitos. A subversão de discursos torna-se evidente no feminismo ao receber críticas por não contemplar todas as causas ou “interseccionalidades”; no movimento LGBT, ao discriminar outras expressões de gênero; na luta antirracista, quando negros são contra as cotas.

Ser militante também representa para a sociedade ser a pessoa que “carrega consigo” determinado posicionamento ético e político que “automaticamente” exime aos demais do debate. Na realidade, todas as questões-alvo de militância são de cunho social, não particular, e fazem parte da discussão que deve ser realizada por e para todos. Estas questões podem gerar conflitos internos relevantes, pois se posicionar em ambiente onde potencialmente seja a(o) única(o) com determinado pensamento político, pode causar sentimento de solidão e rejeição por parte da audiência, ou não se posicionar para evitar desconfortos, pode produzir culpa por não usar o espaço de fala. Esse conflito segue-se em relação aos demais relacionamentos, impondo desafio por vezes ainda maior no qual se posicionar pode causar perdas de vínculos importantes e, ao mesmo tempo, calar-se configura o autossilenciamento de algo que aflige muitas pessoas.

Além disso, na medida que a(o) militante se destaca e torna-se referência em seu grupo, assim como para os demais, pode gerar sobrecarga, cobranças explícitas e implícitas.

Embora a prática militante envolva desprazeres e desafios, tem-se o prazer e a satisfação pessoal em ser-estar-viver de maneira ética consigo e com o entorno, tem-se orgulho por propiciar a emancipação própria e do grupo pelo qual se luta. ■

FIQUE BEM INFORMADO

Leia as edições de nosso
jornal também online:

www.institutopsicologiaemfoco.com.br



LITERATURA

A literatura negra como espaço de resistência

Há muitas e muitas luas, que pés negros e descalços pisotearam as pedras dos caminhos, para que, hoje, nós mulheres negras, pudéssemos caminhar, no entanto, muitas são as pedras que, ainda, encontramos nesta travessia. É sempre preciso ser mais forte, a cada dia. Há muitas luas, ainda, que mãos negras, calejadas pelo trabalho forçado, sangraram, para que muitas de nós (a grande maioria negra não tem acesso ao saber acadêmico e se manter nas escolas é uma luta diária) hoje, pudéssemos contemplar a arte da escrita.... Nestas águas-correntezas da vida, o silenciamento das vozes negras foi protagonista, incumbindo-se de trazer para a cena principal as cicatrizes e as marcas da escravidão, na qual o desfecho é relegar à invisibilidade e ao emudecimento pessoas que já habitam as margens. A abolição da escravidão é um mito! Pessoas negras foram e são, cotidianamente, hostilizadas, atacadas, privadas de seus direitos e, desumanamente, vitimadas por comportamentos e práticas social, cultural e economicamente excludentes, cujo fator determinante é tão somente a melanina. Ser uma mulher negra num país racista, sexista e misógino como o Brasil (para falar do que está mais próximo) é resistir aos porões da vida todo o tempo, haja vista, entre tantas coisas, as mulheres negras terem de suportar, triplamente, o peso de carregar sobre as costas a pirâmide social, na qual ocupam a base, sendo preteridas tanto pelo homem e mulher branca, quanto pelo próprio homem negro. Como se sabe, a mulher negra nunca teve tempo de pensar a si própria, uma vez que estava sempre a pensar em outrem, seja na condição de escravizada, como mucama, ama de leite (neste caso, era obrigada a deixar de amamentar os seus para dar seu leite aos filhos da “Sinhá” branca), forçada a todos os tipos de trabalhos pesados, como subordinada nos fundos das cozinhas alheias e, até mesmo, como mãe de família, haja vista a determinação para manter o sustento da prole, frente à ausência do homem negro para ajudar na provisão alimentícia.

As mulheres negras não conheceram o espaço privado, porque ganhavam as ruas e os becos em busca da própria subsistência e também dos seus, como não eram consideradas gente, não ofereciam riscos, não eram vistas, ao contrário das brancas que só foram conquistar o espaço público muito tempo depois. Partindo do princípio de que resistir é o verbo que conjuga a vida das mulheres negras, é possível pensar nos muitos espaços



Rosângela Aparecida Cardoso da Cruz
Graduada e Especialista em Letras/Literatura (UFMT). Mestre em Educação (UFMT). Doutora em Letras (UEM).

sociais que nos foram e ainda nos são negados, neste sentido é importante ressaltar que, apesar de vivermos numa sociedade hegemonicamente construída sob as bases da branquitude, vamos fazendo fissuras, seguimos abrindo brechas neste sistema eurocêntrico-opressor, vamos conquistando nossos espaços, nosso lugar de fala, protagonizando a nossa própria existência, não sem muitas dores, é bem verdade... Esse sistema patriarcal-racista-brancocêntrico insiste em nos relegar, a gente negra, em especial, às mulheres negras, aos escombros da escravidão, querem nos silenciar, nos emudecer novamente, porque os ecos das nossas vozes estão zunindo nos ouvidos brancos, assim, se deram conta de que estamos (re)contando, (re)escrevendo a nossa própria história, aquela que nos foi suprimida, sucumbida ao viés da História Única, se deram conta de que não somos mais objetos pensados por outrem, assumimos a condição de sujeitos-protagonistas e a nossa voz, como diz Conceição Evaristo, estilhaça a máscara do silenciamento.

A arte da escrita é um espaço que nunca foi reservado à gente negra, em especial, às mulheres negras, se se pensar na literatura brasileira, há um espaço social pré-determinado para negras/os, dentre os quais, bandidos, traficantes, escravos, prostitutas, serviçais, ladras, entre outros, não se tem outro olhar que não seja o do estereótipo em linhas literárias brasileiras, veja-se o exemplo de O Cortiço, perceba-se o grau de estereotipação em torno de Rita Baiana. A escrita de autoria negra, em especial, de mulheres negras, caminha na contramão deste discurso estigmatizador, por isso, a Literatura Negra ou Afro-brasileira se destaca como um espaço de Resistência, uma vez que traz a humanidade do sujeito negro (sempre pensado e descrito como objeto e/ou personagens animalizados, bestializados e estereotipados na Literatura dita Canônica brasileira), no qual as mulheres negras representam a contra-palavra e assumem a arte de narrar as próprias vivências, a arte da “escrevivência”. Eu convido a todas/os a transitar, por entre as páginas da literatura afro-brasileira e, também, junto comigo pelas páginas da minha escrita, uma escrita que representa e fala de mim e da minha gente Preta, não é e nunca será apenas uma pesquisa científica, muitas são as dores, muitas são as vozes que se erguem da minha escrita, muitos, também, são os choros-lamentos que se fazem ouvir, mas nunca uma lamúria. Axé!!!■

CINEMA

‘A 13ª Emenda’ e a criminalização do negro

Vi uma entrevista de Djamila Ribeiro, ex-secretária de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo da gestão de Fernando Haddad, onde ela disse que o racismo deveria ser discutido pela negritude e pela branquitude, porque se tem um grupo que é discriminado e oprimido, tem um grupo sendo beneficiado e essa parcela que está em vantagem precisa discutir o que significa isso. Sou mulher branca e sei que o lugar da mulher negra não é o que historicamente o país impôs: o de servir. Escrevo esse texto de um lugar privilegiado, no qual não conheço críticos de cinema negros aqui na região de Maringá e discuto uma obra cinematográfica sem querer que meu local de fala seja silenciador, e sim que permita a reflexão.

A 13ª Emenda é um documentário disponível na Netflix, dirigido por Ava DuVernay, que potencializa o discurso iniciado com o maravilhoso Selma – Uma Luta Pela Igualdade e consegue lançar um olhar sobre a exploração ilegal do indivíduo e a redução dos seus direitos a partir do sistema carcerário americano. Ela apresenta eventos ocorridos desde o século XIX para explicar uma brecha na 13ª emenda da constituição norte-americana que prevê a proibição da escravidão e servidão involuntária, “exceto como castigo por um crime”.

O filme apresenta os Estados Unidos, dono de 5% da população mundial, como sendo o lugar que abriga 25% da população carcerária do mundo. Isto quer dizer que a cada quatro pessoas no mundo, uma está presa nos Estados Unidos. E mais, ressalta que é grande a possibilidade dessa pessoa ser um afrodescendente. Para conseguir construir esse panorama, conta com um time de entrevistados que conduz os espectadores pelos momentos históricos que definiram a emenda ao longo dos anos, criando um clima envolvente e conectando um depoimento ao outro de maneira extremamente coerente e assustadora, uma vez que revela falhas em um sistema socioeconômico basicamente movido pelo interesse em explorar os negros.

A 13ª Emenda discute assuntos como a violência policial, o atual cenário das eleições presidenciais americanas e o movimento Black Lives Matter. Apresenta as sucessões presidenciais que criminalizam os negros em ações travestidas de combate ao tráfico ou que retratam os afro-americanos como “superpredadores”, surtindo efeitos sociais devastadores, com discursos de ódio e violência gratuita contra a população negra. No filme,



PUCPR
GRUPO MARISTA



PSICOLOGIA

O conhecimento contribuindo para a saúde e a qualidade de vida de indivíduos, grupos e organizações

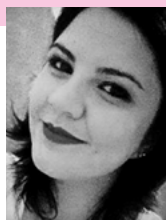
A PUCPR abrirá o curso de Bacharelado em **Psicologia** no **Câmpus Maringá**, a partir de 2018. O curso terá a duração de cinco anos e ofertará **150 vagas**, sendo 100 matutinas e 50 noturnas.

No primeiro semestre de 2018 serão ofertadas **50 vagas** para o período matutino e 50 vagas para o noturno, pelos Vestibulares de Verão (outubro/2017) e Complementar (janeiro/2018).

Além do Vestibular, há outras formas de acesso ao curso como transferência externa, acesso para portadores de diploma de curso superior, ProUni (Programa Universidade para Todos) e ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

O curso forma profissionais generalistas, preparados para atuar nas diversas áreas da psicologia e com as diferentes abordagens teórico-metodológicas, além de desenvolver competências para a construção de cidadãos conscientes e transformadores da sociedade.

Duração: 5 anos Oferta: manhã e noite
Quer saber mais? Entre em contato com a coordenação:
psicologia.maringa@pucpr.br



CIBELE CHACON

Jornalista e crítica de cinema, membro da Sociedade Brasileira de Blogueiros Cinéfilos e pós-graduanda em Linguagem Audiovisual e Cinema.

DuVernay faz uma crítica a pensamentos reacionários, mostrando declarações de Donald Trump em uma justa-posição de imagens da época em que a segregação racial permitia inúmeras atrocidades.

O filme traz a reflexão de como o racismo e a xenofobia encurralam a população, majoritariamente pobre, com leis que ainda são segregacionistas. O american way of life dos sonhos é para poucos e, definitivamente, não para os que têm a pele escura. A terra da liberdade, do desenvolvimento, da qualidade de vida, não trata a própria população com igualdade de direitos. A negligência e a precipitação baseada em rótulos raciais, tira todas as oportunidades, espaços e vislumbres de mudança para grande parte dos americanos. Serve apenas para enriquecer ainda mais as corporações que estão diretamente ligadas à quantidade de presos que são mantidos no sistema carcerário e que, além de tudo, "trabalham" dentro das prisões.

A brecha estabelecida na constituição é tão inconsequente quanto um discurso cinematográfico que reforçou estereótipos ameaçadores e marginalizou ainda mais os negros, como foi feito em O Nascimento de Uma Nação, lançado em 1915 e explorado no documentário como peça de suma importância na formação da cultura americana racista. A 13ª Emenda é chocante ao mostrar atos cruéis de um Estado e uma população que oprime, violenta e mata os negros, os direitos, a igualdade e o respeito. Mas talvez o mais chocante seja precisar de um documentário para se sentir incomodado com o que também acontece diariamente aqui no Brasil e que é naturalizado quando a luta pertence apenas ao outro. ■



AGENDA

02 de setembro

"O Gozo na Psicanálise: do prazer ao sofrimento", com Marcus do Rio Teixeira, psicanalista que escreveu dentre outros títulos, "O espectador ingênuo - Psicanálise, cinema, literatura e música" e "Vestígios do Gozo", ambos da Editora Agalma.

O evento é uma realização da Oficina do Saber em parceria com o Ato Analítico - Clínica de Transmissão de Psicanálise.

2 de setembro
o gozo
na psicanálise:
do prazer
ao sofrimento

na PUC Maringá
com
Marcus
do Rio Teixeira

9h às 12h
e 14h às 17h

inscrições com
Ato Analítico
44 3225-4561
Amanda Franco
44 99929-5391

até 26 de agosto
R\$120 profissional
R\$80 estudante

27 à 2 de setembro
R\$150 profissional
R\$100 estudante

realização
Oficina do Saber
Ato Analítico
Clínica de Transmissão de Psicanálise

patrocínio
PUCPR
Clínica de Transmissão de Psicanálise
ICI

espaço
Chierito
Faltros

VERBES HQ
design

www.ici.tur.br
facebook.com/IntercambioICI

VIAJAR É BOM



CANCUN
10X
U\$ 191,20

- PASSAGEM AÉREA MARINGÁ / CANCUN / MARINGÁ;
- 07 NOITES DE HOSPEDAGEM PARK ROYAL CANCUN COM SISTEMA ALL INCLUSIVE;
- TRASLADO AEROPORTO / HOTEL / AEROPORTO.



PARIS
10X
U\$ 150,00 **

- PASSAGEM AÉREA MARINGÁ / PARIS / MARINGÁ;
- 07 NOITES DE HOSPEDAGEM VILLA LUXEMBOURG;
- TRASLADO AEROPORTO / HOTEL / AEROPORTO.



VEM PRO MUNDO!

APROVEITE AS MELHORES OFERTAS ICI E COMECE A PLANEJAR SUAS PRÓXIMAS FÉRIAS, VISITANDO LUGARES INCRÍVEIS. VIVA UMA EXPERIÊNCIA ICI!

(44) 3305-3662

Av. Humaitá 572 - Zona 04 - Maringá - PR



*VALOR POR PESSOA EM APARTAMENTO DUPLO STANDARD A PARTIR DE 10X U\$ 191,20 POR PESSOA + TAXA DE EMBARQUE (NÃO INCLUSAS)

**VALOR POR PESSOA EM APARTAMENTO DUPLO STANDARD A PARTIR DE 10X U\$ 150,00 POR PESSOA + TAXA DE EMBARQUE (NÃO INCLUSAS)

OBS: VALORES SUJEITOS À ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO E DISPONIBILIDADE DE LUGARES; TAXAS DE EMBARQUE, OU ITENS NÃO MENCIONADO NO PACOTE, NÃO INCLUSOS.